

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A.**
Demonstrações financeiras
e relatório dos auditores independentes
em 31 de dezembro de 2015



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviária S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Base para opinião com ressalva em relação a investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, estão em andamento, desde 2014, investigações conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da denominada Operação Lava Jato, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e a lavagem de dinheiro. Essas investigações e medidas judiciais envolvem empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte, e resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal. No contexto desses processos:

- O ex-presidente da acionista controladora, Odebrecht S.A., foi condenado em 1ª Instância. Outras ações penais envolvendo esse e outros ex-executivos do Grupo Odebrecht estão em andamento.
- Foi executado mandado de condução coercitiva contra o então presidente da Companhia. O conteúdo do depoimento desse ex-executivo está sendo mantido sob sigilo pelas autoridades competentes.
- O Ministério Público Federal propôs ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra a acionista controladora Odebrecht S.A., a empresa ligada Construtora Norberto Odebrecht S.A., e certos ex-executivos de ambas as companhias. Na referida ação, ainda pendente de julgamento, são requeridos o pagamento solidário de ressarcimento, multas e danos morais coletivos no montante total de aproximadamente R\$ 7,3 bilhões, a proibição de contratar com o poder público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, entre outras sanções.
- Em 22 de março de 2016, a controladora Odebrecht S.A. divulgou comunicado público em que informa que decidiu por uma colaboração definitiva no âmbito da Operação Lava Jato, e que estaria em discussão com as autoridades competentes para firmar acordo de leniência. Até o momento, não foram divulgados o significado da mencionada colaboração, tampouco os termos e efeitos econômico-financeiros do mencionado acordo de leniência.
- Despacho judicial específico faz referência a um sistema de informática próprio que teria sido utilizado em pagamentos paralelos de várias empresas do Grupo Odebrecht, o que pode vir a revelar que controles internos foram desconsiderados.

Considerando o descrito anteriormente, não é possível determinar, nas circunstâncias, os desdobramentos desses temas e os eventuais impactos para a Companhia e suas controladas. Consequentemente, não foi possível obter as evidências de auditoria apropriadas e suficientes em relação a esses assuntos que permitissem determinar os seus efeitos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015.

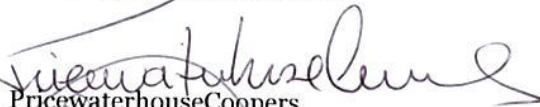


SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não determinados decorrentes dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva em relação a investigações e medidas judiciais em andamento”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 20 de abril de 2016



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA



Fábio Cajazeira Mendes
Contador CRC 1SP196825/O-0 "S" BA

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014		2015	2014	2015	2014
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	45	527	1.214	1.665	Fornecedores (Nota 10)	146.476	87.138	146.559	89.329
Contas a receber (Nota 7)	72.558	70.465	70.707	78.644	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	165.478	168.551	175.617	174.890
Estoques	18.239	21.154	18.239	21.154	Salários e encargos sociais	29.989	24.278	30.420	24.684
Sociedades ligadas (Nota 20)	126.799	174.906	116.536	170.018	Parcelamentos (Nota 13)	1.487	1.487	1.487	1.487
Outros ativos	14.510	9.726	15.334	10.072	Concessão a pagar (Nota 11)	3.572	3.572	3.572	3.572
					Outros passivos	18.245	17.367	18.942	17.763
	<u>232.151</u>	<u>276.778</u>	<u>222.030</u>	<u>281.553</u>		<u>365.247</u>	<u>302.393</u>	<u>376.597</u>	<u>311.725</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 2.9)	4.954	4.954	30.084	4.954					
	<u>237.105</u>	<u>281.732</u>	<u>252.114</u>	<u>286.507</u>					
Não Circulante					Não circulante				
Contas a receber (Nota 7)	43.798	8.277	43.798	8.277	Fornecedores (Nota 10)	22.794	6.856	22.794	6.856
Tributos diferidos (Nota 14)	103.503	125.970	103.503	125.970	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	1.182.404	1.078.038	1.186.432	1.090.399
Depósitos compulsórios e judiciais (Nota 16)	16.426	9.794	16.426	9.794	Parcelamentos (Nota 13)	4.602	5.489	4.602	5.489
					Concessão a pagar (Nota 11)	22.789	22.416	22.789	22.416
	163.727	144.041	163.727	144.041	Provisão para contingências (Nota 16)	44.780	81.913	44.780	81.913
					Sociedades ligadas (Nota 21)	36.037		36.037	
					Outros passivos		321		321
						<u>1.313.406</u>	<u>1.195.033</u>	<u>1.317.434</u>	<u>1.207.394</u>
Investimentos em controlada (Nota 8)	185	50			Patrimônio líquido				
Intangível (Nota 9)	1.423.311	1.193.750	1.423.865	1.210.718	Capital social integralizado (Nota 15)	359.300	359.300	359.300	359.300
	<u>1.587.223</u>	<u>1.337.841</u>	<u>1.587.592</u>	<u>1.354.759</u>	Reserva de capital	11	11	11	11
					Prejuízos acumulados	(213.636)	(237.164)	(213.636)	(237.164)
						<u>145.675</u>	<u>122.147</u>	<u>145.675</u>	<u>122.147</u>
Total do ativo	<u>1.824.328</u>	<u>1.619.573</u>	<u>1.839.706</u>	<u>1.641.266</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.824.328</u>	<u>1.619.573</u>	<u>1.839.706</u>	<u>1.641.266</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Operações				
Receitas líquida (Nota 17)	828.548	901.582	858.349	927.608
Custos dos serviços prestados (Nota 18)	(349.963)	(317.042)	(358.047)	(323.645)
Custo de construção	(267.291)	(428.960)	(276.104)	(428.992)
Lucro bruto	211.294	155.580	224.198	174.971
Despesas com vendas	(3.102)	(2.214)	(4.082)	(4.269)
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(58.178)	(62.893)	(66.789)	(74.492)
Outras despesas, líquidas	(3.748)	798	(3.982)	(2.409)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 8)	135	49		
Lucro operacional	146.401	91.320	149.345	93.801
Receitas financeiras (Nota 20)	25.075	23.123	25.308	23.970
Despesas financeiras (Nota 20)	(125.481)	(75.017)	(128.621)	(77.904)
Resultado financeiro	(100.406)	(51.894)	(103.313)	(53.934)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	45.995	39.426	46.032	39.867
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)				
Corrente			(37)	(441)
Diferidos	(22.468)	(22.743)	(22.468)	(22.743)
Lucro do exercício	23.527	16.683	23.527	16.683
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)			0,6204	0,4399

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do Lucro nos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de
reais

(con

(continuação)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 01 de janeiro de 2014	379.240	(19.940)	11	(253.847)	105.464
Prejuízo do exercício				16.683	16.683
Em 31 de dezembro de 2014	379.240	(19.940)	11	(237.164)	122.147
Lucro do exercício				23.527	23.527
Em 31 de dezembro de 2015	<u>379.240</u>	<u>(19.940)</u>	<u>11</u>	<u>(213.637)</u>	<u>145.675</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Demonstração dos fluxos de caixa Semestres findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	45.995	39.426	46.032	39.867
Ajustes				
Amortização	40.403	27.522	40.500	27.624
Despesas financeiras	100.406	61.077	103.313	63.117
Provisão para contingências	(6.491)	4.689	(6.491)	4.689
Equivalência patrimonial	(135)	(49)		
Outros	119		119	
	134.302	93.239	137.441	95.430
Varição nos ativos e passivos				
Estoques	2.915	1.983	2.915	1.983
Contas a receber de clientes	(24.760)	3.827	(26.435)	4.395
Outros recebíveis	7.105	668	16.891	5.321
Fornecedores	53.044	(38.927)	63.043	(37.421)
Outras obrigações	(30.424)	(32.468)	(34.556)	(32.697)
	7.880	(64.917)	21.858	(58.419)
Caixa gerado pelas operações	188.177	67.748	205.331	76.878
Juros pagos	(124.433)	(101.693)	(127.083)	(102.477)
Impostos de renda e contribuição social pagos			(471)	(1.234)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	63.744	(33.945)	77.777	(26.833)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições do ativo intangível	(191.058)	(260.447)	(199.871)	(260.479)
Dividendos recebidos		7.365		
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(191.058)	(253.082)	(199.871)	(260.479)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Obtenção de empréstimos	100.469	764.694	100.469	764.694
Pagamentos de empréstimos	(27.119)	(415.277)	(32.308)	(417.872)
Obtenção de recursos de sociedades ligadas (Nota 21 (iii))	53.482	(62.507)	53.482	(62.507)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	126.832	286.910	121.643	284.315
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(482)	(117)	(451)	(2.997)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	527	644	1.665	4.662
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	45	527	1.214	1.665

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Companhia" ou "Concessionária") é uma empresa nacional, constituída em 2 de setembro de 1998, detentora de direitos e obrigações decorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no Contrato de Concessão e aditamentos posteriores ("Contrato"), no que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo inicial de 25 anos, renovável por igual período. As operações da Companhia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998 e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 225 quilômetros de vias permanentes.

A sede social da Companhia está localizada na Rua da América, 210 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ. As atividades da Companhia, tanto em termos de qualidade do serviço, como de fixação tarifária, estão sujeitas ao controle da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), com exceção das eventuais iniciativas comerciais que forem realizadas nos imóveis abrangidos pela concessão.

Conforme definido no contrato de concessão assinado em 1998, cabe à Companhia a obrigação de executar o Programa de Recuperação de Material Rodante e o Programa de Serviços e Obras. Em 28 de junho de 2007, foi assinado o aditamento nº VI ao Contrato de Concessão, estabelecendo mudanças nas obrigações de natureza civil e trabalhista. Estas mudanças referem-se principalmente à obrigação do Estado do Rio de Janeiro no ressarcimento de valores liquidados pela Companhia relativos aos processos que envolvam sucessão.

Em 29 de novembro de 2010, foi assinado o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, sendo os principais pontos descritos a seguir:

Prazo de concessão - O contrato, cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, fica, condicionado a investimentos, prorrogado até o dia 31 de outubro de 2048.

Reajuste e revisão de tarifas - As tarifas serão reajustadas anualmente, no mês de novembro de cada ano, com base na variação do IGP-M publicado pela FGV, ocorrida no período de 12 meses imediatamente anteriores.

- A tarifa será objeto de revisão, ordinária ou extraordinária, independentemente do reajuste tarifário previsto no item anterior e ocorrerá a cada 5 anos. A revisão extraordinária dar-se-á a qualquer momento, na ocorrência de circunstância que altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato com as alterações do aditivo.
- Em 02 de fevereiro de 2015, através da deliberação AGETRANSP n.º 630 foi autorizado o reajuste da passagem para R\$ 3,30. Em 02 de fevereiro de 2016, através da deliberação AGETRANSP n.º 762 será reajustada a passagem para R\$ 3,70.

Preço da Concessão - o preço total da outorga da Concessão objeto do aditivo, entendido como o valor devido em decorrência de sua prorrogação pelo prazo de 25 anos é de R\$1.240.990 (um bilhão duzentos quarenta milhões novecentos e noventa mil reais), cuja composição está apresentada nos Anexos I e II do aditivo nº VIII do Contrato de Concessão, que sucintamente cita:

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O preço da outorga será pago pela Concessionária por meio de dação em pagamento através da realização de investimentos tais como aquisição de trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, etc. Estes investimentos gerarão novas receitas para a Companhia. Sendo certo que estes investimentos, além de atender ao interesse público primário, desonera o Estado da obrigação de realizar tais investimentos no sistema.
- Os investimentos a serem pagos ao Estado, serão realizados sem majoração da tarifa em vigor e nem serão considerados para efeito de revisão tarifária.

Bens reversíveis - serão considerados bens reversíveis, para os fins do aditivo e do Contrato, todos os bens destinados e vinculados à prestação dos serviços objeto da concessão, independentemente de serem propriedade da Flumitrens, Central, Estado ou da Concessionária, a qualquer tempo.

Sucessão - o Estado, em cumprimento à cláusula 24 do Contrato de Concessão, consolidada na cláusula 22 do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, reconhece que os fatos havidos em data anterior à tomada de posse não serão de responsabilidade da Concessionária.

Em 25 de agosto de 2014, foi assinado o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, tendo como objeto a permuta de investimentos previstos no Oitavo termo Aditivo, no valor de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), onde a Companhia deixa de adquirir 10 novos trens e reformar 41 trens antigos e se compromete a reformar seis estações ferroviárias estratégicas para a realização dos Jogos Olímpicos, promovido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) que será realizado na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016, em troca do compromisso do Estado do Rio de Janeiro em adquirir 22 novos trens. As estações ferroviárias que serão reformadas são as estações de São Cristóvão, Deodoro, Magalhães Bastos, Vila Militar, Ricardo de Albuquerque e Engenho de Dentro.

Em 2015, Governo do Estado do Rio de Janeiro em cumprimento a obrigação estabelecida no Nono Termo aditivo ao Contrato de Concessão, exerceu o direito estabelecido em contrato com o consórcio chinês liderado pela China National Machinery Import & Export Corp para a compra de mais 10 (dez) trens, que serão entregues pelo Estado em 2016.

Também em cumprimento a obrigação estabelecida no Nono Termo aditivo ao Contrato de Concessão o Governo do Estado do Rio de Janeiro licitou a compra de 12 (doze) trens. O vencedor foi a Alstom Brasil Energia e Transportes S.A, com previsão de entrega pelo Estado até o final de 2018.

Durante o ano de 2015 o Estado do Rio de Janeiro prorrogou sucessivamente o contrato para prestação de serviço de operação do Teleférico, o contrato vigente tem vencimento em 07 de março de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 133.096 controladora e R\$ 154.567 consolidado (31 de dezembro de 2014 R\$ 25.615 e R\$ 30.172 respectivamente), necessitando de recursos de longo prazo para fazer face aos compromissos de curto prazo.

Para minimizar os efeitos do capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia está negociando à tomada de financiamentos de longo prazo para quitação da dívida de curto prazo em instituições bancárias nacionais renomadas (Nota 12.c), além da expectativa de que o caixa gerado pelas operações do ano de 2016 cubra parte deste capital circulante líquido negativo.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte, incluindo ações de improbidade administrativa contra a Odebrecht S.A. e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. que requer o pagamento de indenização material, a proibição de contratar com o poder público, receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, entre outras. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências dessas empresas do Grupo Odebrecht, incluindo a controladora indireta Odebrecht S.A, bem como mandados de prisão provisória e temporária e condução coercitiva de executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht. O então Diretor Presidente da Companhia, atualmente afastado do cargo, foi conduzido para prestar esclarecimentos à Polícia Federal do Brasil, tendo sido liberado imediatamente. Este depoimento e todos os documentos relacionados a esta fase da Operação Lava Jato estão sob sigilo judicial. Adicionalmente, foram condenados em decisão de primeira instância o ex-presidente da Odebrecht S.A. e outros ex-executivos da Construtora Norberto Odebrecht S.A. Foi ajuizada, recentemente, a Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 5011119-11.2016.404.7000 que trata dos desdobramentos cíveis das apurações realizadas no âmbito da Operação Lava Jato. O Ministério Público Federal requereu a aplicação de sanções incluindo o pagamento solidário de: (i) ressarcimento do dano ao erário público nos valores de R\$ 144.511, R\$ 373.081 e R\$ 3.000, acrescido de juros de mora e correção monetária; (ii) proibição de contratar com o Poder Público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; (iii) multa civil no montante de R\$ 1.561.776; (iv) indenização por dano moral coletivo nos valores de R\$ 1.445.109, R\$ 3.730.812 e R\$ 30.000, correspondentes 10 vezes o valor do suposto dano ao erário público; e (v) inclusão do nome da Construtora Norberto Odebrecht S.A. no Cadastro Nacional de Condenados por Improbidade Administrativa. Embora não seja possível determinar, nas atuais circunstâncias, o desfecho final desta Ação de Improbidade, a administração da Construtora Norberto Odebrecht S.A. e da Odebrecht S.A., com base na avaliação dos seus assessores legais, entende que existem elementos no processo que são passíveis de discussão, inclusive no que se refere às sanções requeridas e aos valores dos pedidos determinados pelo Ministério Público Federal.

Em 22 de março de 2016, a Organização Odebrecht divulgou nota sobre sua intenção de colaborar de forma definitiva com as investigações da Operação Lava Jato. Os administradores da Companhia não têm conhecimento do conteúdo das ações e medidas tomadas pelos administradores das outras empresas do Grupo Odebrecht relacionadas a eventuais acordos ou discussões correspondentes, bem como do conteúdo de outras ações administrativas e judiciais em curso contra outras empresas do Grupo Odebrecht no âmbito da Operação Lava Jato.

Conforme exposto a seguir, a Administração da Companhia continua tomando diversas medidas visando o robustecimento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de continuar a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, inclusive com o apoio de terceiros, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas brasileiras e internacionais de governança.

A Companhia implantou, em 2014, um sistema de Conformidade com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade da operação com os requisitos legais e princípios de conduta ética e responsável na tarefa empresarial (“Sistema de Conformidade”). Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) implementação do Código de Conduta, já aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) criação e plena operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) implantação do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

Em 2015, as ações do Sistema de Conformidade continuaram a ser executadas, incluindo a contratação de um renomado escritório de advocacia, que elaborou um trabalho de análise independente dos procedimentos de conformidade da Companhia, sendo que as ações de melhoria indicadas estão sendo endereçadas. Adicionalmente, foram conduzidas Campanhas internas de reforço da mensagem do Código de Conduta.

Neste ano de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema de Conformidade, a Companhia: (i) criou a função do Chief Compliance Officer, com reporte direto ao Comitê de Conformidade, sendo responsável também pela auditoria interna da Companhia; (ii) participa em ações coletivas e compromissos públicos ligados ao tema de Conformidade (a Odebrecht Transport, controladora indireta da Companhia (“OTP”), é signatária do Pacto Global desde 11 de março de 2016); (iii) adota a transparência em informações relevantes; (iv) revisou a estrutura de conformidade com adaptação de orçamento; (v) revisará e criará novas políticas internas (por exemplo: Política Anticorrupção, Concorrência Leal, entre outras); (vi) está em processo de implantação do Comitê de Conformidade; (vii) está em processo de elaboração de uma Matriz de Riscos e Controles e de uma Matriz de Risco Anticorrupção; (viii) realiza um plano anual de treinamentos das novas políticas; e (ix) revisa o código de conduta vigente para endereçar alterações na legislação brasileira e mudanças de procedimentos internos.

No âmbito específico da Operação Lava Jato, a OTP contratou, recentemente, um escritório de advocacia para realizar uma investigação independente, com o objetivo de apurar o reflexo na OTP, suas controladas, e/ou executivos e ex-executivos de eventos relacionados a essa investigação.

Ainda, entendendo a necessidade de aperfeiçoar melhorar as suas práticas, a OTP está em processo de contratação de empresa de auditoria externa para apuração de todos os contratos celebrados pela Companhia com seus fornecedores e pagamentos decorrentes. Posteriormente, a OTP planeja estender tal providência em relação às suas demais Controladas.

Dentro do planejamento da área de conformidade, a OTP está em fase final de contratação de uma consultoria externa para o mapeamento de riscos e controles da Companhia e seus ativos, sendo que a primeira Controlada objeto do trabalho será a Companhia.

Embora a Companhia (i) não tenha sido notificadas a respeito de ser objeto de investigação, (ii) nunca tenha sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenha tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado,; e não haja como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, a administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas da SuperVia foi autorizada pela Administração em 09 de março de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e à valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis da SuperVia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (controladora) de sua controlada integral SC Empreendimentos e Participações S.A. (anteriormente denominada SuperVia Comercial S.A.).

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos na proporção da participação da Companhia no patrimônio líquido e nos resultados da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas.

Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais, quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

A Companhia detém participação societária integral nas empresas Teleféricos do Rio de Janeiro S.A e Hotel Central do Brasil S.A., tais empresas não são consideradas investimentos relevantes, pois possuem o capital social de R\$ 152 e R\$ 0,9, respectivamente, em contrapartida de caixa e, portanto, não fazem parte das demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia e sua controlada classificam todos ativos sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de sua controlada compreendem "Contas a receber de clientes", "Sociedades ligadas", "Depósitos compulsórios e judiciais" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 6).

A entidade deve mensurar o ativo ou o grupo de ativos não circulantes classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de usuários e poder concedente pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da SuperVia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de usuários são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.6 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante, pois são utilizados em menos de 12 meses.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado, ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.8 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia, esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota 16).

2.9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes da Companhia referem-se a terrenos localizados no estado do Rio de Janeiro e são classificados como ativos mantidos para venda. A Companhia entende que seu valor contábil é recuperável. Esses terrenos encontram-se em processo de venda e a Administração da Companhia estima que a conclusão da negociação ocorra em 2016.

A Companhia mensura seus ativos não circulantes mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados em atendimento à interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01) e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contrato de Concessão.

Os ativos intangíveis são registrados com base no valor justo dos investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infra-estrutura, e são reconhecidos a partir da data em que encontram-se disponíveis para serem utilizados nas operações da Companhia e, até este momento, os investimentos realizados são classificados como intangível em construção.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia e sua controlada, em função da curva de demanda de passageiros, tendo sido adotada pela companhia a partir do ano de 2014. Informações adicionais sobre a contabilização de ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão são apresentadas na Nota 9.

(b) Direitos de outorga da concessão

O direito de explorar a concessão, oriundo do contrato cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, foi reconhecido na rubrica "Outorga da concessão", no ativo intangível. As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros estão registradas no passivo circulante e não circulante.

A amortização do direito de outorga da concessão é calculada linearmente com base no prazo da concessão.

O direito de outorga decorrente do oitavo aditivo contratual, conforme referido na Nota 1, no qual a SuperVia promete entregar recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto da concessão ao longo do prazo previsto no aditivo, é tratado como contrato de execução, e, desta forma, reconhecido no ativo intangível à medida que os investimentos são efetuados (Nota 9).

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até 5 anos.

(d) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo intangível e um passivo de financiamento (arrendamento). O intangível adquirido nos arrendamentos financeiros é amortizado pelas taxas definidas na Nota 9.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As mesmas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a SuperVia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

2.14 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadorias

A Companhia e sua controlada oferece aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da Companhia cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no passivo circulante. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Participação nos lucros

A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos lucros com base em regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia e sua controlada reconhecem as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e sua controlada, conforme descrição a seguir. A Companhia e sua controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receitas de serviços

A receita compreende o valor presente pela prestação dos serviços e é reconhecida na medida em que o serviço é prestado. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia e sua controlada reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(b) Receitas de construção

Receita de construção refere-se a investimentos, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário (Nota 17 (a)), a margem apurada para esta receita é próximo à zero, pois não há operação nos ativos enquanto estão sendo construídos.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment, tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses tributos são definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia estima e atualiza as provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos, com base no histórico de desfechos em seus processos e em taxa média de êxito calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia, para as demonstrações financeiras anuais dos exercícios findos até 31 de dezembro de 2013, estimava como base para amortização do contrato de concessão, um modelo linear.

A Companhia a partir do ano de 2014 passou a reconhecer o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que essa mudança de estimativa é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado da demanda e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidade, contas a receber, contas a pagar e fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia através de sua controlada SC Empreendimentos e Participações SA, mantém um contrato de Swap de taxa de juros, junto ao Banco ABC para o empréstimo para aquisição de imóvel. O valor nominal do swap é de R\$ 16.000. O valor garantido pelo banco é de 100% do CDI acrescido de 3,9% a.a., sendo o valor garantido pela Companhia equivalente a IGPM acrescido de 8,1%. As operações de swap possuem vencimento entre julho de 2014 e julho de 2017, conforme cronograma das parcelas do valor principal do empréstimo. O valor de mercado das operações em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.001.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

(b) Caixa e bancos, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Investimento

Consiste em investimento em controlada de capital fechado, avaliado pelo método de equivalência patrimonial, no qual a Companhia tem interesse estratégico.

(d) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm suas taxas substancialmente atreladas à variação do CDI, IPCA e TJLP e os valores contábeis aproximam-se do valor de mercado.

(e) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela diretoria. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria Financeira é responsável por examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Pela natureza de operação da Companhia, os recursos arrecadados com as vendas decorrem do volume de passageiros transportado por mês e cobrem os pagamentos em prazo médio de aproximadamente 30 dias.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Fornecedores e outros passivos	92.016	6.856		
Concessão a pagar	3.572	4.340	8.679	16.876
Empréstimos e financiamentos	174.890	73.592	219.836	796.972
Parcelamentos	1.487	1.372	2.745	1.372
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores e outros passivos	168.049	15.196	7.598	
Concessão a pagar	3.572	4.411	6.616	11.762
Empréstimos e financiamentos	175.617	111.041	441.410	633.981
Parcelamentos	1.487	1.151	2.300	1.151

(g) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

(h) Risco com taxa de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos denominados em moeda estrangeira em contas a pagar à fornecedores e adiantamento à fornecedores, tais valores são imateriais em relação aos saldos destas contas.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Risco de crédito

Segundo avaliação da administração da Companhia, esse risco é substancialmente derivado da possibilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro não honrar seus compromissos com a SuperVia. Com relação aos demais recebíveis a administração considera baixo o risco de não liquidação.

A Companhia monitora seus recebíveis frequentemente e, havendo indicativo de risco de não recebimento, efetua provisão para perda.

(j) Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”)

A companhia esta sujeita, no seu empréstimo com BNDES e nas Debêntures a covenants financeiros referente ao índice de cobertura serviço da dívida. O cálculo do mesmo pode ser sumariado:

$$\text{Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)} = \frac{\text{EBITDA (a)}}{\text{Serviço da Dívida (b)}}$$

- (a) EBITDA: Resultado Operacional antes das despesas financeiras e imposto de renda, acrescido da depreciação e amortização; e
- (b) Serviço da Dívida: Amortização de Principal + Pagamento de Juros excetuando amortização de principal e pagamento de juros de dívidas originalmente de curto-prazo renegociadas.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido e dos tributos sobre o lucro (i)	149.345	93.801
Amortização (ii)	<u>40.500</u>	<u>27.624</u>
EBITDA	<u>189.845</u>	<u>121.425</u>

- (i) Para efeito de cálculo do resultado operacional o item “despesas financeiras” foi entendido como “resultado financeiro líquido” e o item “imposto de renda” como “Imposto de renda e Contribuição social”.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foram registradas despesas de depreciação, apenas amortização do intangível.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cálculo do Serviço da Dívida:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Amortização de Principal	27.408	3.719
Amortização de Juros	<u>101.297</u>	<u>58.831</u>
Serviço da Dívida	<u>128.705</u>	<u>62.550</u>

(i) Excetua-se amortização de principal de dívidas originalmente de curto-prazo renegociadas (R\$ 32.308 subtraindo R\$ 4.900).

(ii) Excetua-se amortização de juros de dívidas originalmente de curto-prazo renegociadas (R\$ 127.083 subtraindo R\$ 25.786).

Cálculo do ICSD:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
EBITDA	189.845	121.425
Serviço da Dívida	<u>128.705</u>	<u>62.550</u>
ICSD	<u>1,48</u>	<u>1,94</u>

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2015	2014
Total dos empréstimos (Nota 12)	1.362.049	1.265.289
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(1.214)	(1.665)
Dívida líquida	<u>1.360.835</u>	<u>1.263.624</u>
Total do patrimônio líquido	<u>145.675</u>	<u>122.147</u>
Total do capital	<u>1.506.510</u>	<u>1.385.771</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>90</u>	<u>91</u>

A Supervia mantém, contrato com empresa coligada denominada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (F.L.O.S.P.E.), controlada pela Rio Trens Participações S.A. (RTP), para gerenciamento de recursos e investimentos. O caixa da Supervia administrado pela F.L.O.S.P.E., em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 116.536 (2014 - R\$ 170.018).

5 Instrumentos financeiros por categoria - Consolidado

A Companhia possui ativos ao valor justo, derivativos ou ativos na categoria de disponíveis para venda.

	Empréstimos e recebíveis	
	2015	2014
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	1.214	1.665
Contas a receber e outros ativos	129.839	96.993
Sociedades Ligadas	<u>116.536</u>	<u>170.018</u>
	<u>247.589</u>	<u>268.676</u>
	Outros passivos financeiros	
	2015	2014
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	1.362.049	1.265.289
Fornecedores, concessão a pagar e outros passivos	214.656	140.257
Parcelamentos	6.089	6.976
Sociedades Ligadas	<u>36.037</u>	<u> </u>
	<u>1.618.831</u>	<u>1.412.522</u>

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos	20	500	1.185	1.635
Fundo fixo	25	27	29	30
	<u>45</u>	<u>527</u>	<u>1.214</u>	<u>1.665</u>

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber bilheteria (a)	2.819	2.392	2.819	2.392
Outras contas a receber (b)	22.834	9.155	20.983	17.334
Contas a receber do Estado do Rio de Janeiro/ Flumitrens (c)	43.798	39.234	43.798	39.234
Contas a receber Teleférico do Rio de Janeiro (d)	22.049	21.236	22.049	21.236
Outras contas a receber do Estado do Rio de Janeiro (e)	25.363	7.232	25.363	7.232
Provisão Devedores Duvidosos	(507)	(507)	(507)	(507)
	116.356	78.742	114.505	86.921
Menos				
Ativo circulante	(72.558)	(70.465)	(70.707)	(78.644)
Ativo não circulante	<u>43.798</u>	<u>8.277</u>	<u>43.798</u>	<u>8.277</u>

- (a) Valores correntes a receber de: (i) bilhetes adquiridos nas estações da SuperVia, pagos em espécie, cuja coleta e correspondente depósito na sua conta é responsabilidade do prestador de serviço de transportes de valores; e (ii) vale-transporte eletrônico administrados pela Fetranspor.
- (b) Valores a receber decorrentes de direito de passagem pela malha ferroviária da SuperVia, aluguel de espaço publicitário e aluguel de imobiliário.
- (c) Valores pagos pela Companhia decorrentes de processos trabalhistas e cíveis que estão sendo reembolsados pelo Estado, conforme previsto no 6º aditivo ao contrato de concessão.
- (d) Valores a receber pela prestação de serviço de operação no sistema Teleférico, sendo calculados pelos custos de prestação de serviço mais margem de 10% e notas de débitos referentes ao reembolso de gastos empregados na prestação do serviço.
- (e) Valores a receber decorrentes da gratuidade para estudantes e portadores de necessidades especiais, conforme Lei Estadual nº 4.510/2005.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Investimentos

(a) Investimentos em controlada direta

	Ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia no capital social votante - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
SC Empreendimentos e participações S.A.	1.000.000	99,99	37.933	37.933	185	135
Em 31 de dezembro de 2015	<u>1.000.000</u>	<u>99,99</u>	<u>37.933</u>	<u>37.933</u>	<u>185</u>	<u>135</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>1.000.000</u>	<u>99,99</u>	<u>26.362</u>	<u>26.582</u>	<u>50</u>	<u>49</u>

O resultado auferido pela SC Empreendimentos e Participações S.A. decorre da atividade de negócios imobiliários e aluguel de espaços publicitários.

Conforme previsto na cláusula oitava do contrato de concessão para exploração dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, a concessionária constituiu a SC como empresa subsidiária com o objetivo de explorar serviços complementares ou serviços adicionais, nas áreas integrantes da concessão inclusive nos espaços aéreos das linhas, estações, construções e terrenos utilizados para obtenção das receitas, desde que não acarrete prejuízo à normal prestação dos serviços.

	SC Empreendimentos e Participações S.A.
31 de dezembro de 2013	1
Equivalência patrimonial	49
31 de dezembro de 2014	50
Equivalência patrimonial	<u>135</u>
31 de dezembro de 2015	<u><u>185</u></u>

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta o resumo das informações financeiras da controlada

i Balanço Patrimonial sintético

	SC Empreendimentos Participações S.A.	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
Ativo	37.379	9.664
Passivo	<u>(33.720)</u>	<u>(14.221)</u>
	<u>3.659</u>	<u>(4.557)</u>
Não Circulante		
Ativo	554	16.968
Passivo	<u>(4.028)</u>	<u>(12.361)</u>
	<u>(3.474)</u>	<u>4.607</u>
Patrimônio Líquido	<u>185</u>	<u>50</u>

ii Demonstração do resultado sintética

	SC Empreendimentos e Participações S.A Em reais	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita Líquida	29.802	26.026
Custos/Despesas Totais	<u>(26.723)</u>	<u>(23.496)</u>
	3.079	2.530
Resultado Financeiro	(2.907)	(2.040)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(37)</u>	<u>(441)</u>
Lucro Líquido do exercício	<u>135</u>	<u>49</u>

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii Demonstração sintética dos fluxos de caixa

	SC Empreendimentos e Participações S.A Em reais	
	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa gerado pelas operações	14.503	8.347
Imposto de renda e Contribuição social pagos	(471)	(1.234)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	14.032	7.113
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(8.813)	(32)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos		(7.365)
Amortizações de Empréstimos	(5.189)	(2.595)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.189)	(9.960)
Aumento de caixas e equivalentes de caixa, líquidos	30	(2.879)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.139	4.018
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.169	1.139

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível - Consolidado

Discriminação	Material	Marcas e	Outorga da	Compensação			Equipamentos	Máquinas	Instalações	Computadores	Móveis e		Total em	Intangível	Intangível	
	rodante	Edificações	patentes	Concessão	Estado RJ	Software	e instalações	automáticas	fixas	e periféricos	Veículos	utensílios	Ferramentas	operação	em construção	total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014																
Saldo inicial	86.897	52.566	279	12.275	21.229	582	10.764	691	111.233	4.323	803	2.971	377	304.990	632.975	937.965
Aquisições	3.956	12				52	340			219	418	619	63	5.679	294.698	300.377
Transferências	308.230	9.504				16.723	400		55.193	923		339		391.312	(391.312)	
Amortização	(16.954)	(1.396)	(30)	(353)	(609)	(1.627)	(1.455)	(276)	(2.274)	(1.749)	(270)	(506)	(125)	(27.624)		(27.624)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	382.129	60.686	249	11.922	20.620	15.730	10.049	415	164.152	3.716	951	3.423	315	674.357	536.361	1.210.718
Custo total	527.465	68.775	716	25.865	23.107	22.112	15.861	17.797	326.932	13.163	1.761	6.841	712	1.051.107	536.361	1.587.468
Amortização acumulada	(145.336)	(8.089)	(467)	(13.943)	(2.487)	(6.382)	(5.812)	(17.382)	(162.780)	(9.447)	(810)	(3.418)	(397)	(376.750)		(376.750)
Saldo contábil líquido	382.129	60.686	249	11.922	20.620	15.730	10.049	415	164.152	3.716	951	3.423	315	674.357	536.361	1.210.718
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015																
Saldo inicial	382.129	60.686	249	11.922	20.620	15.730	10.049	415	164.152	3.716	951	3.423	315	674.357	536.361	1.210.718
Aquisições	6.722	8.971					127			312		406	81	16.619	262.278	278.897
Transferências	24.834	189				154	2.993		28.156	2.277		145		58.748	(58.747)	
Alienação/baixa		(25.130)							(22)		(98)			(25.250)		(25.250)
Amortização	(21.924)	(1.435)	(30)	(351)	(609)	(3.509)	(1.855)	(194)	(7.886)	(1.752)	(276)	(540)	(139)	(40.500)		(40.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	391.761	43.281	219	11.571	20.011	12.375	11.314	221	184.400	4.553	577	3.434	257	683.974	739.892	1.423.865
Custo total	559.021	52.805	716	25.865	23.107	22.266	18.981	17.797	355.066	15.752	1.663	7.392	793	1.101.224	739.892	1.841.115
Amortização acumulada	(167.260)	(9.524)	(497)	(14.294)	(3.096)	(9.891)	(7.667)	(17.576)	(170.666)	(11.199)	(1.086)	(3.958)	(536)	(417.250)		(417.250)
Saldo contábil líquido	391.761	43.281	219	11.571	20.011	12.375	11.314	221	184.400	4.553	577	3.434	257	683.974	739.892	1.423.865
	curva de								curva de							
Taxa de depreciação %	demanda	Até 2048	Até 2048	Até 2048	Até 2048	20%	10%	20%	demanda	20%	20%	10%	20%			

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Infraestrutura - consolidado

Após a adoção do ICPC 01, todo custo de investimento em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão passou a ser tratado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado em função da curva de demanda de passageiros que é determinada através de um modelo econométrico que utiliza uma regressão linear múltipla juntamente com a observação das projeções macroeconômicas. A administração entende este método como o que melhor reflete o padrão de consumo da entidade do benefício econômico futuro do ativo.

(b) Outorga de concessão

A Companhia possui ativo intangível relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema ferroviário, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão de 50 anos que finalizará em 2048.

O valor da outorga, decorrente do contrato inicialmente firmado, é corrigido pelo IGP-M e em 31 de dezembro de 2015 o saldo monta R\$ 11.571 (Notas 1 e 11).

Em 31 de dezembro de 2015, o direito de outorga pago decorrente do oitavo e nono aditivos contratuais, monta a R\$1.181.538 por meio da realização de investimentos (Nota 1).

(c) Intangível em construção

Refere-se à realização de investimentos tais como revitalização de material rodante e inclusão de ar-condicionado nos trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, conforme programa de investimentos adotado pela Companhia (Nota 1).

(d) Amortização

A Companhia realiza anualmente revisão de vida útil de seus ativos e ajusta a taxa de amortização de acordo com a curva de demanda para o grupo de ativos de infraestrutura até o prazo final da concessão que se encerra em 2048, este método de amortização foi adotado no ano de 2014 que resultou em uma redução relevante na amortização em comparação com exercícios anteriores.

10 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fornecedores - Moeda Nacional (a)	162.017	88.067	162.100	90.258
Fornecedores - Moeda Estrangeira (b)	7.253	5.927	7.253	5.927
	169.270	93.994	169.353	96.185
Circulante	146.476	87.138	146.559	89.329
Não circulante	22.794	6.856	22.794	6.856

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) A Companhia tem política de fluxo de giro de pagamento à fornecedores em 60 dias, tendo como principais fornecedores as empresas Bombardier Transportation Brasil Ltda. e Light Serviços de Energia S.A..
- (b) A Companhia apresenta valores a pagar em moeda estrangeira ao fornecedor Bombardier European Investments, decorrente da aquisição de novo sistema de sinalização da via férrea.

11 Concessão a pagar - Consolidado

A concessão de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro foi estipulada inicialmente pelo prazo de 25 anos, prorrogando em novembro de 2010 por igual período conforme Nota 1. O contrato foi assinado em 17 de setembro de 1998, no montante de R\$ 28.000, dos quais R\$ 8.400 foram pagos à vista. Conforme permitido no Edital de Licitação, este montante foi pago com Certificados de Privatização, comprados anteriormente com um deságio de R\$2.135, reduzindo o valor do adiantamento para R\$6.256.

O saldo restante após 60 meses de carência está sendo pago em 240 parcelas mensais corrigidas pela variação do IGP-M. Até 31 de dezembro de 2015 foram pagas 146 parcelas, e o saldo remanescente, ajustado a valor presente, é de R\$ 26.631.

	Consolidado	
	2015	2014
Ativo		
Outorga da concessão	25.865	25.865
Amortização acumulada	(14.294)	(13.943)
Intangível (Nota 9)	11.571	11.922
Passivo		
Circulante	3.572	3.572
Não circulante	22.789	22.416
Concessão a pagar	26.361	25.988

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros anuais (%)	2015	2014
BNDES (a)	TJLP + 2,4	920.924	819.230
Debêntures Infraestrutura (b)	IPCA + 7,2	337.983	305.087
Outras instituições financeiras (c)	IGPM e CDI + 1,8 a 7,68	127.582	151.447
Banco ABC Brasil (d)	CDI+3,12	14.167	18.699
(-) Custo de transação (e)		(38.607)	(29.174)
		1.362.049	1.265.289
Circulante		(175.617)	(174.890)
Não Circulante		1.186.432	1.090.399

- (a) Linha de crédito aprovada junto ao BNDES, no montante de R\$1.635.927, exclusivo para financiamento de parte do plano de investimento da Companhia conforme Nota 1. O valor liberado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 915.722.
- (b) Emissão de Debêntures de infraestrutura não conversíveis em ações e mantidas até o vencimento no valor de R\$ 300.000, para o financiamento de parte do plano de investimento da Companhia, o contrato será pago em 17 parcelas pagas semestralmente com a primeira parcela vencendo em novembro de 2018 e a última parcela em novembro de 2026.
- (c) Empréstimo contratado para pagamento de investimentos não financiáveis pelo BNDES contidos no plano de investimentos. A Companhia está negociando a tomada de financiamentos de longo prazo para quitação da dívida de curto prazo.
- (d) Empréstimo adquirido pela controlada SC para aquisição de imóvel localizado na cidade do Rio de Janeiro que será pago em 37 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em julho de 2014 e a última parcela com vencimento em junho de 2017. Em 31 de dezembro de 2015 restam 18 parcelas para liquidação do empréstimo.
- (e) Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

Principais cláusulas restritivas – Empréstimo BNDES e Debêntures de Infraestrutura

A Companhia obriga-se em garantia do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes destes Contratos, a constituir e manter, durante toda a vigência Conta Reserva aberta junto ao Banco Depositário (Banco Itaú S.A) na qual deverão permanecer depositados recursos correspondentes ao saldo mínimo estabelecido no Contrato. A Companhia mantém esta conta reserva através de sua gerenciadora de recursos FLOSPE Empreendimentos e Participações S.A e pagamentos denominada para este contrato conforme apresentado na Nota 21.

Para fins exclusivos de distribuição de qualquer recurso aos acionistas, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não pode ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada exercício. Caso o ICSD seja inferior a 1,3 (um inteiro e três

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

décimos) a Companhia não poderá distribuir qualquer recurso aos acionistas. Se o ICSD for inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) (ICSD < 1,2) a Companhia deverá depositar na Conta Reserva o equivalente a 1/6 (um sexto) do valor da próxima prestação de amortização programada e de juros remuneratórios.

As operações de mútuo com coligadas, controladas e controladoras deverão ser limitadas a R\$ 100 (cem mil reais) anuais e deverão ser informadas imediatamente ao BNDES.

A Companhia não conceder preferência a outros créditos, fazer amortização de ações, emitir debêntures e partes beneficiárias e assumir novas dívidas de qualquer espécie sem a prévia autorização do BNDES, ressalvadas aquelas já previstas em contrato.

Todas as obrigações contraídas pela Companhia relativas a estes contratos foram cumpridas em 31 de dezembro de 2015.

Prazos de vencimento

O montante de empréstimos e financiamentos em longo prazo tem a seguinte composição, por ano e vencimento:

	Consolidado	
	2015	2014
2016		34.692
2017	42.389	40.052
2018	68.653	63.791
2019	88.345	81.433
2020 em diante	987.045	870.431
	<u>1.186.432</u>	<u>1.090.399</u>

13 Parcelamentos

Em 21 de junho de 2009, a SuperVia celebrou Termo de Transação Com Quitação Geral com a Cedae - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, para pagamento da dívida acumulada no período de janeiro de 1999 a maio de 2009, onde, as partes chegaram a um consenso, por meio do qual a SuperVia se compromete a pagar à Cedae a importância total de R\$ 10.958, dividida em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas anualmente, pelo IGPM/FGV. As parcelas do circulante e do não circulante representam R\$ 1.487 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 1.487) e R\$ 4.602 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 5.489), respectivamente.

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui registros de seus créditos tributários diferidos decorrentes dos prejuízos para fins de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e adições temporárias suportado pelo modelo financeiro adotado no plano geral de negócio aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal

	Consolidado	
	2015	2014
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal:		
Imposto de renda	103.245	105.391
Contribuição social	38.046	38.819
	141.291	144.210

Passivo imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2015	2014
Amortização do intangível	104.475	46.166
Ajuste a valor presente - Concessão a pagar	6.667	7.479
Imposto de renda 25%	27.785	13.411
Contribuição social 9%	10.003	4.829
	37.788	18.240

Em 31 de dezembro de 2015 o imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos montam a R\$ 103.503 (2014 – R\$ 125.970).

(b) Período estimado de realização do ativo

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios na data prevista de tais projeções.

O saldo do ativo diferido apresenta a seguinte expectativa de realização:

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ano	Consolidado	
	2015	2014
2016		3.971
2017	1.181	20.548
2018	9.905	21.474
2019	18.476	18.507
2020	31.662	22.802
2021	21.855	32.544
2022	25.561	24.364
2023	28.498	
2024	4.153	
	141.291	144.210

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia. A partir do exercício de 2013 a Companhia não reconheceu mais IR e CSL diferidos sobre prejuízos fiscais, este não reconhecimento será mantido até que o cenário de lucros futuros seja comprovado.

(c) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados na demonstração do resultado está apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	45.995	39.426	46.032	39.867
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal (nominal) combinada	(15.638)	(13.405)	(15.651)	(13.555)
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSL				
Adições e exclusões permanentes	(1.898)	(1.271)	(1.877)	(1.271)
IR e CSL constituídos de anos anteriores		(2.439)		(2.439)
Crédito tributário não reconhecido	(4.978)	(5.717)	(4.978)	(5.919)
Resultado de participações societárias	46	89		
Efeito IR/CSL resultado - Lucro Real	(22.468)	(22.743)	(22.505)	(23.184)
Composição do IR e da CSL				
IR/CSL Lucro Real - Corrente			(37)	(441)
IR/CSL Lucro Real - Diferido	(22.468)	(22.743)	(22.468)	(22.743)
Total do IR e CSL resultado - Lucro Real	(22.468)	(22.743)	(22.505)	(23.184)

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social da Companhia é de R\$ 379.240 (R\$ 359.300 integralizado e R\$ 19.940 a integralizar), representado por 37.923.947 em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 100,00% pertencem a Rio Trens Participações S.A. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

16 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa, como na judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

- (a) A Companhia apresenta os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2015	2014	2015	2014
Contingências trabalhistas e previdenciárias (c) (i)	11.079	6.466	4.017	4.753
Reclamações cíveis (c) (ii)	5.347	3.328	39.020	75.417
FGTS (c) (iii)			1.743	1.743
	<u>16.426</u>	<u>9.794</u>	<u>44.780</u>	<u>81.913</u>

A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e não existe necessidade de provisões adicionais às demonstradas acima.

- (b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	FGTS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.753	75.417	1.743	81.913
Adições	505	3.851		4.356
Pagamentos	(1.086)	(11.933)		(13.019)
Reversão líquida	(155)	(28.315)		(28.470)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>4.017</u>	<u>39.020</u>	<u>1.743</u>	<u>44.780</u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia estima provisões para processos de perdas prováveis, com base no histórico de desfechos em seus processos cíveis e em taxa média de êxito calculada em conjunto com seus assessores jurídicos externos. Desta forma, a administração entende que a provisão contabilizada representa a melhor estimativa/expectativa de perda em 31 de dezembro de 2015.

No exercício de 2015 a Companhia efetuou reversão de provisão do processo da Construcciones y Auxiliars de Ferro Carriles, S.A. (CAF) em função de decisão judicial, transitado em julgado, no montante de R\$ 16.947, que excluiu a atualização do débito em moeda estrangeira.

- (c) A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:
- i Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões.
 - ii Ações cíveis - consistem, principalmente, em reclamações de natureza cível e ações de responsabilidade civil incidentes sobre a operação.
 - iii Valor de FGTS relativos a recolhimento efetuado a menor conforme autos de infração números 100.068.375 e 100.064.434.
- (d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço.

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes estimados de R\$ 251.016 e R\$ 51.451 (2014 – R\$ 218.363 e R\$ 56.043), respectivamente.

17 Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita de construção (a)	267.291	428.960	276.104	428.992
Receita de operação				
Bilheteria	542.391	466.386	542.391	466.386
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais		120	24.795	31.977
Direito de passagem e outras receitas (b)	6.941	10.423	6.941	10.423
Receita Estado do RJ - Gratuidade (c)	21.326	1.987	21.326	1.987
	570.658	478.916	595.453	510.773
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	(9.401)	(6.294)	(13.208)	(12.157)
	<u>828.548</u>	<u>901.582</u>	<u>858.349</u>	<u>927.608</u>

- (a) Receita de construção refere-se a investimentos, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário, entretanto, a margem apurada para esta receita é próximo à zero, pois não há operação nos ativos enquanto estão sendo construídos.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita decorrente da cessão do direito de passagem a composições da MRS Logística pela malha ferroviária da SuperVia e da prestação de serviço de operação do sistema Teleférico.

(c) Total de receita registrada de gratuidade concedida a estudantes e deficientes, cujo pagamento é garantido pelo contrato de concessão.

18 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Salários e benefícios a empregados	143.411	126.530	143.417	126.530
Materiais	25.211	25.322	25.211	25.322
Energia elétrica	65.994	60.702	66.193	61.194
Segurança	30.943	25.362	34.707	27.557
Limpeza e higienização	16.926	16.238	19.283	18.156
Manutenção e conservação	9.441	16.046	9.441	11.549
Outros serviços prestados	12.203	11.549	12.203	16.046
Custos administrativos	9.918	10.159	11.676	12.157
Custos com amortização	35.916	25.134	35.916	25.134
Custos dos serviços prestados	349.963	317.042	358.047	323.645

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contingências	(6.491)	4.689	(6.491)	4.689
Salários e benefícios a empregados	24.134	19.666	28.399	25.172
Honorários da administração	5.798	4.862	5.798	4.862
Consultoria	4.783	4.987	5.262	6.067
Acessoria jurídica	16.168	12.351	16.180	12.494
Frete	1.584	1.652	1.590	1.659
Outras despesas	12.202	14.687	16.051	19.548
Despesas gerais e administrativas	58.178	62.893	66.789	74.492

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Receita e despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas financeiras				
Juros empréstimos bancários	(73.349)	(65.294)	(76.487)	(68.037)
Variação monetária concessão a pagar	(4.113)	(1.863)	(4.113)	(1.863)
Impostos sobre operações financeiras	(202)	(5.265)	(202)	(5.265)
Remuneração por garantia (Nota 21 (iii))	(36.037)		(36.037)	
Outras despesas financeiras	(11.780)	(2.595)	(11.782)	(2.739)
	<u>(125.481)</u>	<u>(75.017)</u>	<u>(128.621)</u>	<u>(77.904)</u>
Receita financeira				
Variações monetárias	8.876	11.077	8.876	11.077
Receita aplicação financeira	16.009	11.531	16.016	11.772
Outras receitas financeiras	190	515	416	1.121
	<u>25.075</u>	<u>23.123</u>	<u>25.308</u>	<u>23.970</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(100.406)</u>	<u>(51.894)</u>	<u>(103.313)</u>	<u>(53.934)</u>

21 Partes relacionadas

Transações e saldos

	Controladores		SC Empreendimentos e Participações S.A.		FLOSPE Empreendimentos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Outras contas a receber (i)			10.263	4.888		
Conta corrente (gestão de caixa) (ii)					116.536	170.018
Remuneração por garantia (iii) (Nota 19)	36.037					
Despesas financeiras	36.037			1		
Receitas financeiras		10				

(i) Refere-se a contrato de prestação de serviços via reembolso de despesas incorridas pela Companhia compartilhadas com a empresa controlada SC Empreendimentos e Participações S.A.

(ii) A Companhia firmou em 2013 contrato com empresa coligada denominada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (F.L.O.S.P.E.), controlada pela Rio Trens Participações S.A. (RTP), para gerenciamento de recursos e pagamentos a fornecedores dos valores referentes ao seu

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

programa de investimento (Nota 12 (c)) e gestão de seu caixa. Os créditos a serem recebidos junto a F.L.O.S.P.E. em 31 de dezembro de 2015 montam a R\$ 116.536. O contrato de prestação de serviços com a Companhia prevê pagamentos mensais à F.L.O.S.P.E. de R\$ 195 a título de taxa de administração pela prestação do serviço acima mencionado.

- (iii) A Companhia firmou em 2015 contratos de remuneração de garantias prestadas com as Controladoras para suporte financeiro dos principais empréstimos contratados (Nota 12).

22 Cobertura de seguros.

Conforme definido no contrato de concessão, cabe à Companhia manter em vigor as apólices de seguro necessárias, com o objetivo de garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades abrangidas pela concessão, referentes a danos materiais, responsabilidade civil, lucros cessantes, cobertura da execução das obras do Programa de Recuperação de Material Rodante e do Programa de Serviços e Obras e seguros obrigatórios contra acidentes de trabalho de seus próprios empregados ou de suas subcontratadas.

A administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para cobrir todos os riscos eventualmente existentes.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros.

Ramos	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil	25.000
Risco Operação	50.000
Responsabilidade civil/diret./acionistas	36.000

* * *